

ALTERNATIVAS DE INVESTIMENTOS PARA PESSOA FÍSICA: MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO

Anna Paula Andratta¹
Denise Pigosso²
Maurício Badia³
Professor Eliandro Schvirck⁴

Resumo

Este trabalho teve por objetivo, apresentar alternativas de investimentos para pessoa física, oferecidas pelo mercado financeiro brasileiro. Especificamente fez um levantamento das principais opções de escolha do investidor patobranquense, com um comparativo de retorno no período analisado entre janeiro de 2007 a setembro de 2009, de três produtos financeiros que obtiveram maior incidência, na pesquisa. Para tanto, recolheu-se informações através de um questionário contendo perguntas fechadas de (29) empresários com a intenção de identificar seu perfil e perceber suas opções de escolha quando se trata de investimentos. O perfil de investimento que prevaleceu entre os pesquisados foi o de conservador. Dentre a simulação de aplicação dos três produtos, a maior lucratividade ocorreu com as ações mesmo com a crise financeira mundial que se instaurou no intervalo do período de análise, ocasionando uma queda no valor dos papéis das principais empresas brasileiras, forçando a queda do índice IBOVESPA, o qual retrata a média dos principais papéis brasileiros.

Palavras-Chave: investimento; mercado; opções.

1 Introdução

Uma das maneiras mais rápidas e eficazes de se obter sucesso é aproveitar oportunidades de investir nas mais diversas opções, e não apenas seguir carreira profissional que possa lhe proporcionar tranquilidade financeira a longo, ou talvez longuíssimo prazo.

Fazer economias ou apenas guardar dinheiro na poupança sem um planejamento adequado, já deixou de ser a melhor opção frente a tantas outras encontradas no mercado financeiro, uma vez que as pessoas estão ficando cada vez mais informadas, com isso o tema abordado nesse estudo foi as diversas alternativas de investimento para pessoa física.

Este estudo tem por objetivo apresentar alternativas de investimentos para pessoa física, oferecidas pelo mercado financeiro brasileiro. Busca-se ainda: fazer um levantamento das principais opções de escolha do investidor patobranquense e; fazer um comparativo de

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. e-mail: anna_andreatta@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. e-mail: denisepigosso@gmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. e-mail: mauriciobadia@hotmail.com

⁴ Professor Mestre do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

retorno no período de janeiro de 2007 a setembro de 2009, dos três produtos que obtiveram maior incidência.

A informação tornou-se elemento básico para o decisor que precisa levar em conta vários fatores na hora de investir. Para decidir onde aplicar o dinheiro, os investidores precisam conhecer todas as opções existentes no mercado, para isto, muitas vezes, faz-se necessário a ajuda de profissionais que atuam no mercado financeiro e que apresentem conhecimento das principais opções e saibam identificar o perfil de cada investidor de acordo com o volume de capital a investir e a predisposição para assumir riscos em busca de uma rentabilidade maior.

Por isso, a justificativa para o estudo ocorre principalmente por possibilitar informações teóricas e práticas sobre as opções de investimento, não é um trabalho que se encerra por si mesmo, deixando espaço para outras informações.

2 Procedimentos Metodológicos

Do ponto de vista de seus objetivos, este trabalho foi fundamentado a partir do método exploratório. Este método objetiva acrescentar outros conhecimentos sobre o assunto, inclusive, com produção de materiais que auxiliarão outros trabalhos de pesquisa. Gil (2002, p. 41). Além do método exploratório, foi aplicado o método comparativo, para levantar rentabilidade de três produtos (Poupança, Ações e CDB) no período de janeiro de 2007 à setembro de 2009.

Os dados foram obtidos através de:

- a) Levantamento bibliográfico (Embasamento Teórico) livros, revistas e *sites* eletrônicos de Instituições Financeiras;
- b) Questionários (fechados) aplicados com empresários patobranquenses que tiveram experiências práticas com problema pesquisado (29 questionários); observando as três alternativas com maior incidência, na pesquisa de campo, e por fim a análise comparativa da rentabilidade, entre as três opções de investimentos, na qual foram utilizados os índices históricos do retorno, extraídos do site da Caixa Econômica Federal e da BM&F BOVESPA.

2 OPÇÕES DE INVESTIMENTO

2.1 Caderneta de Poupança

Emitidas nominativamente por sociedade de crédito mobiliário, associações de poupança e empréstimo e caixa econômica estadual e federal, com o objetivo de captar recursos para o financiamento de construtores e adquirentes de imóveis. As aplicações são corrigidas a cada período de 30 dias pela Taxa referencial – TR, e remuneradas com uma taxa de juros de aproximadamente 0,5% ao mês. Podem ser resgatadas sem perda da remuneração a cada aniversário de trinta dias, a partir da data da aplicação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

A partir de 2010, a caderneta de poupança apresenta novas regras para aplicações acima de R\$50.000,00, que passará a ser tributada, segundo o Ministério da Fazenda (2009), esta medida busca evitar especulações de grandes investidores, por conta da queda da taxa de juros. Esta regra não atingirá a grande maioria da população devido as poupanças ficarem em valores inferiores a R\$50.000,00.

2.2 Fundos de Investimentos

Os fundos mútuos de investimento funcionam como uma sociedade de investidores, organizada por uma instituição financeira ou por um administrador de recursos. Nesta sociedade, cada investidor entra com o dinheiro que quiser investir, comprando cotas da carteira que tem o perfil desejado. E depois se retira do investimento vendendo estas cotas (BOVESPA, 2008).

Seu ganho ou prejuízo estará expresso na diferença de preço entre a compra e a venda das tais cotas. Os fundos apresentam diversas vantagens, especialmente para o pequeno investidor, porque permite um maior rendimento por tipo de aplicação e uma maior diversificação das aplicações, com potencial redução do risco.

Dessa forma Fortuna (1996) classifica os fundos em:

- Fundos de renda Fixa – Baixa volatilidade.
- Fundos de Renda Variável – Média volatilidade.

a) Fundos renda fixa

Esta forma de aplicação surgiu nos Estados Unidos nos anos 70, revolucionando os mecanismos clássicos de captação bancária. O nome está vinculado ao fato de que, quando se aplica nesses fundos, estão sendo compradas cotas de um fundo que tem em carteira papéis privados de renda fixa, tais como CDB e LC (Letras de Câmbio), e títulos públicos, como LFT (Letra Financeira do Tesouro) e BBC (Bônus do Banco Central). (FORTUNA, 1996, p. 221).

Os fundos de renda fixa concentram suas operações com títulos que pagam juros, sejam prefixados ou pós-fixados. Também é possível obter rendimento similar aos juros pós-fixados com operações nos mercados futuros e de derivativos.

b) Fundos Renda variável

Os fundos de renda variável concentram suas operações em ativos que não sejam títulos de renda fixa, especialmente ações, ou qualquer outro ativo que tenha rendimento variável (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2008).

2.3 Certificados e Recibos de Depósitos Bancários (Renda Fixa)

Conforme Assaf Neto (2008, p. 53), o certificado de depósito bancário (CDB) “é uma obrigação de pagamento futuro de um capital aplicado em depósitos a prazo fixo em instituições financeiras” (bancos comerciais e bancos de investimento e desenvolvimento).

Nos bancos, os títulos de renda fixa mais comuns são os CDBs (Certificados de Depósito Bancário) e os RDBs (Recibos de Depósito Bancário). A diferença entre estes dois títulos é que o banco pode resgatar o CDB antes do vencimento, se o cliente solicitar. O RDB, por sua vez, deve ser resgatado apenas no vencimento. Ambos os títulos podem ser prefixados ou pós-fixados. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009).

2.4 Ações

Ações são títulos emitidos por sociedades anônimas que representam a propriedade de uma fração do capital social da companhia, ou um pedaço de determinada empresa. Na prática, quem investe em ações, torna-se um sócio da companhia, mesmo que em proporção pequena em relação ao controlador, que é chamado de sócio majoritário, participando de seus resultados. As ações costumam acompanhar o valor da empresa. Se ela tiver bom desempenho, o valor da ação tende a subir, se for mal, o valor tende a cair (BOVESPA, 2009).

a) Análise do preço das Ações

O investimento no mercado acionário advém da expectativa de ganhos decorrentes do rendimento das ações adquiridas e de sua valorização no mercado. Quem compra ações, mesmo inconscientemente, especula sobre a possibilidade de rendimentos futuros, o comportamento do mercado e a possibilidade de valorização do papel (BOVESPA, 2009).

A avaliação do investimento em ações é explicada pelas correntes fundamentalista e técnica (RUDGE, 1993). Na realidade, os métodos defendidos por estas correntes de pensamento são complementares e dificilmente utiliza-se exclusivamente um dos dois métodos.

De acordo com Sá (1987, p. 04) é usual o emprego simultâneo destas técnicas, onde: “a análise fundamentalista é adequada para a seleção daquelas ações que devem ser compradas, enquanto a análise técnica serve para determinar a ocasião em que devem ser compradas”.

A combinação destes métodos possibilitará a maximização dos ganhos e minimização das perdas em uma carteira de ações. Assim, o investimento no mercado acionário decorre da expectativa de ganhos provenientes do rendimento das ações adquiridas e de sua valorização no mercado.

b) Dividendo

Quando uma empresa gera Lucro, parte deste Lucro é destinada aos acionistas em percentual definido pela empresa. Por lei, esse percentual deve ser de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento). Esses dividendos são isentos da incidência de tributação para o acionista e não dedutíveis da base de cálculo do lucro apurado antes do imposto de renda, são conferidos em dinheiro, de acordo com período correspondente, ou seja, o exercício a que se refere (LIMA, LIMA e PIMENTEL, 2007).

c) Bonificação

A bonificação distribuída aos acionistas é efetuada na proporção de sua participação no capital social da companhia e normalmente na mesma espécie das ações possuídas, representando a atualização da cota de participação do acionista no capital da empresa. A decisão da empresa em efetuar uma bonificação não implica em qualquer variação patrimonial, apesar de que o anúncio de bonificação pode, eventualmente, provocar a valorização das ações da companhia no mercado (BOVESPA, 2009).

d) Subscrição

Quando uma empresa de capital aberto necessita de recursos para financiar investimentos ou modificar sua estrutura de capital, ela pode lançar novas ações no mercado. Assim argumenta a subscrição corresponde ao direito garantido aos acionistas ordinários e preferenciais na prioridade de aquisição de ações da empresa, quando esta aumentar o seu

capital social pela emissão de novos títulos. Através da subscrição de ações é facultado aos acionistas, adquirirem, pelo preço de emissão, uma parcela das novas ações proporcional às que possuídas (RUDGE, 1993).

e) Juros sobre o capital próprio

O juro sobre o capital próprio é uma das formas de rendimentos do capital investido pelos sócios e/ou acionistas, sendo um direito dos investidores. Para a entidade, é por sua vez, um planejamento tributário que reduz a carga de impostos, conseqüentemente deixa de diminuir seus ativos (LIMA, LIMA e PIMENTEL, 2007).

O pagamento é facultativo, pago em dinheiro e tributado, na fonte, pelo imposto de renda em 15%, é dedutível da base de cálculo do lucro antes do Imposto de Renda – IR.

Segundo a BOVESPA (2009) os preços das ações são formados em:

Pregão pela dinâmica das forças de demanda e oferta de cada papel, o que torna a cotação praticada um indicador confiável do valor que o mercado atribui às diferentes ações. A maior ou menor oferta e procura por determinado papel está diretamente relacionada ao comportamento histórico dos preços e, sobretudo, às perspectivas futuras da empresa emissora e à política de dividendos (BOVESPA, 2009, p. 02).

O valor das ações pode variar a qualquer momento, dependendo, por exemplo, das condições de mercado e da percepção de risco dos investidores. Quando investidores compram ações de uma empresa, eles acreditam que a empresa terá lucro ou que o valor das ações da empresa subirá (LIMA, LIMA e PIMENTEL, 2007).

As ações podem ser convertidas em dinheiro a qualquer momento, desde que haja procura no mercado, por intermédio de uma Sociedade Corretora, através da negociação em bolsa de valores ou no mercado de balcão. No Brasil, contabilmente os custos de investimentos em ações no qual não haja a intenção de permanência Ativo Permanente, deverão ser classificados no Ativo Realizável, os Investimentos Temporários. Dessa forma, o fato de poderem ser convertidas em dinheiro a qualquer momento não as habilita para figurarem no grupo do Ativo disponível ou Disponibilidades do Balanço em função do caráter de investimento de alto Cálculo de risco (BOVESPA, 2009).

2.5 Títulos Públicos

Assim como as empresas, o Tesouro Nacional também precisa captar recursos, para financiar as atividades do Governo Federal, tais como educação, saúde e infra-estrutura, garantir e fortalecer a economia do País para isso emite títulos públicos. A emissão destes títulos os torna uma opção de investimento para a sociedade e representam a dívida mobiliária da União. Os títulos públicos são resgatados em data predeterminada por um valor específico, atualizado ou não por indicadores de mercado, como, por exemplo, índices de preços. A venda de títulos públicos no Brasil pode ocorrer em três modalidades:

- Oferta pública com a realização de leilão;
- Oferta pública sem a realização de leilão (Tesouro Direto); e
- Emissões diretas para atender a necessidades específicas determinadas em lei.

São títulos de renda fixa pré ou pós-fixados emitidos pelos governos federal, estadual e municipal com o objetivo de captar recursos para complementação orçamentária e, no caso do governo federal, também para a condução da política monetária (LIMA, LIMA e PIMENTEL, 2007; MARIETO, 2005).

2.6 Previdência Privada

Pode ser considerado um sistema que acumula recursos que vão garantir uma renda mensal no futuro. A princípio, era vista como uma forma extra de poupança, além da previdência oficial, porém com a instabilidade dos benefícios do governo, que tendem a ficar cada vez menor, tornou-se uma alternativa de garantir uma renda razoável ao fim de sua carreira profissional.

No Brasil há dois tipos de plano de previdência, a aberta e a fechada:

a) Fechada: são formados para atender empresas de grande porte, sobretudo das estatais, o acesso é restrito a estes grupos determinados por isso eles não podem ser comercializados no mercado (PREVLIN, 2009).

b) Aberta: são comercializados no mercado por seguradoras ou entidades abertas de previdência privada. As regras são mais flexíveis para atender às necessidades de pessoas físicas ou empresas de qualquer tamanho (PREVLIN, 2009).

2.7 Letra Hipotecária

A letra hipotecária “é um título de crédito emitidos por bancos hipotecários” (SANDRONI, 1996, p. 281), são poucos os bancos que a emitem, pois a maioria deles não

precisa de recursos, além dos captados por meio da caderneta de poupança, para conceder financiamentos imobiliários. Com a queda da taxa de juros, a procura por investimentos de mais longo prazo aumenta. O principal atrativo dessas aplicações está na remuneração, que costuma ser bem maior, já que prazos mais longos significam mais risco.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Perfil do investidor

A idade dos empresários se concentrou entre aqueles acima de 41 anos, ou seja, 16 dos 29 entrevistados, o que representa 55% do total; com idade entre 36 a 40 anos identificou-se 8, representando 28%, e entre 28 a 35 anos, 05 empresários, ou seja 17%. A maioria dos empresários (16;55%) possuem curso superior; já 08 (28%) contam com o ensino médio completo e 05 (17%) cursaram até o ensino fundamental. A grande maioria (23; 79%) dos empresários são casados; 04 (14%) solteiros e 02 (7%) divorciados.

3.2 Opções de investimento

A Tabela 1 apresenta as opções de investimento da amostra de 29 empresários patobranquenses:

Tabela 2 – Opções de Investimento

Produto	N. Absolutos	Porcentagem %	Notas:
Poupança	21	72	Desses 63% aplicam em outro investimento
Ações	07	24	
Aplicação em renda fixa	06	21	
Previdência privada	05	17	
Outras aplicações	09	31	Imóveis, títulos...

Fonte: Pesquisa de campo, 2009

Percebe-se pela Tabela 1 que a preferência de investimento dos empresários que fizeram parte da amostra desse estudo deu-se pela caderneta de poupança, ou seja, de 29 empresários 21, optam por esta aplicação. O investimento em ações foi a segunda opção de aplicação (24%), e a terceira opção, deu-se com a aplicação em renda fixa CDB (21%).

Pode-se observar, que a somatória da percentagem, totaliza mais de 100%, uma vez que a aplicação em uma alternativa não impede em outra, e na pesquisa realizada, 63% dos entrevistados aplicam em mais de um investimento simultaneamente.

Outras aplicações, conforme demonstrado na tabela acima, englobam outras opções como títulos públicos, títulos imobiliários, fundos de investimentos diversos e imóveis, o qual teve uma grande incidência entre os entrevistados, porém não abordamos no trabalho como uma alternativa pelo fato de considerarmos apenas os investimentos com liquidez imediata, o que não é o caso do investimento em imóveis.

Quando se trata de saber sobre o risco e o retorno de seus investimentos, 69% dos empresários afirmaram estar informados. Porém, 38% dos empresários se manifestaram no sentido que precisam estar mais bem orientados sobre as diversas opções de investimento, tanto em relação a fundos de investimento, como também em relação às ações na bolsa de valores.

Pelo exposto acima, pode-se levar em consideração que a disposição das instituições financeiras na divulgação de informações não somente acerca do mercado de fundos, mas, principalmente sobre a Bolsa, é elemento de essencial importância para vencer a aversão ao risco predominante no Brasil. Pode-se também afirmar que há necessidade de que cada investidor deixe de depender da orientação de consultores da área, e procure por conta própria aprofundar seus conhecimentos sobre como funciona o mercado financeiro, de maneira que concentre em suas mãos a responsabilidade pela melhor escolha de seus investimentos.

3.3 Análise comparativa de produtos

Investir não se trata de uma tarefa de fácil execução, pois além da disponibilidade de recursos financeiros, exige conhecimento das opções, bem como, do funcionamento do mercado além de existirem incertezas futuras, por diversos fatores que não se podem controlar.

Para facilitar o entendimento, ilustra-se no Gráfico 1, uma simulação de três investimentos. O período considerado para as aplicações compreendem janeiro de 2007 a setembro de 2009, com o valor do investimento de R\$ 10.000,00.

Os índices históricos, da poupança e CDB, foram extraídos do site da Caixa Econômica Federal e o índice IBOVESPA, retirado do site da BM&F BOVESPA. Para o cálculo dos rendimentos do CDB foi estabelecido o Fundo CAIXA FIC Clássico da Caixa

Econômica Federal, com rentabilidade e liquidez diária, e taxa de administração de 1,85% ao ano.

No cálculo do rendimento das ações foi utilizado o índice Bovespa, por “ser o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro, uma vez que retrata o comportamento dos principais papéis negociados” (BOVESPA, 2009) tentando assim, retratar um resultado genérico, já que a escolha de ações de uma determinada empresa poderia trazer distorções ao resultado, por suas diferentes reações ao mercado.

Tabela 2 – Rendimento dos Investimentos: Poupança; CDB e Ações

	Rendimento Bruto	Rendimento Líquido
Poupança	2.232,39	2.232,39
CDB	2.859,76	2.430,80
Ações	4.742,05	4.713,52

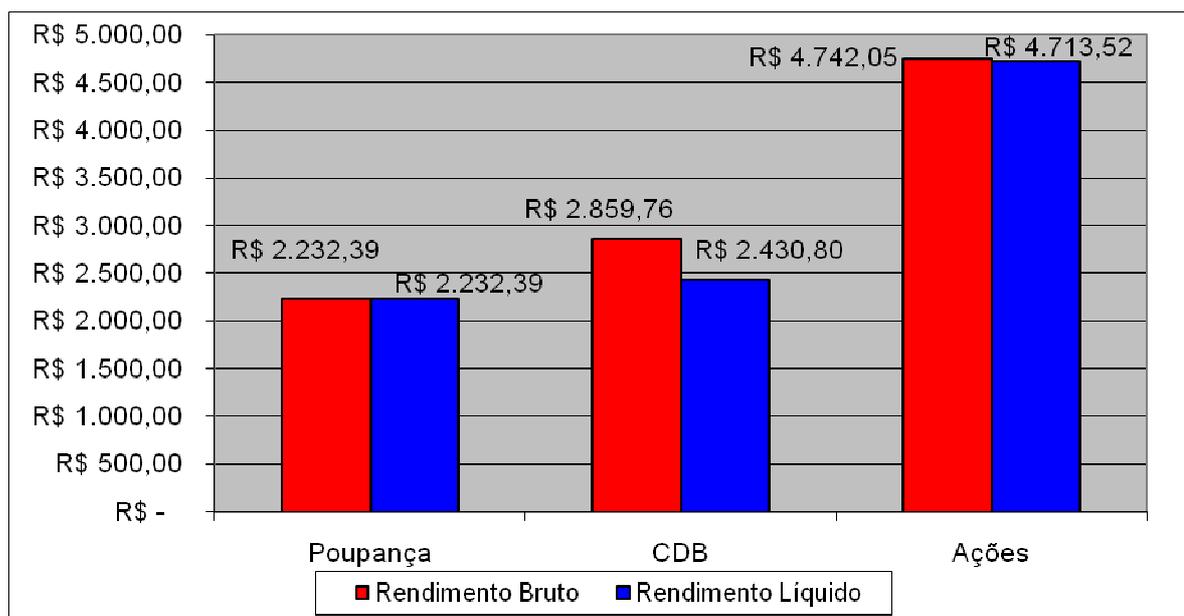


Gráfico 1 – Rentabilidade dos Produtos em Reais, Poupança; CDB e Ações

Dentre as três aplicações, percebe-se que foi o investimento em ações que apresentou maior rentabilidade no período, obtendo um retorno bruto de 47,42% equivalente á R\$4.742,05 e após considerar os custos das operações de compra e venda das ações, demonstradas abaixo obteve-se uma rentabilidade líquida de 47,14% com base em uma corretora que utiliza taxa de corretagem fixa de R\$10,00. É importante citar que existem corretoras que cobram diferentes taxas de corretagem, o que deve ser analisado pelo investidor.

Operação Compra = Taxa de Corretagem + Taxa de Liquidação + Emolumentos

Operação Compra = R\$ 10,00 + 0,006% + 0,285%

Operação Compra = R\$ 10,00 + R\$ 0,60 + R\$ 2,85

Operação Compra = R\$ 13,45

Operação Venda = Taxa de Corretagem + Taxa de Liquidação + Emolumentos

Operação Venda = R\$ 10,00 + 0,006% + 0,285%

Operação Venda = R\$ 10,00 + R\$ 0,88 + R\$ 4,20

Operação Venda = R\$ 15,09

Custo Total da Operação = Custo Operação Compra + Custo Operação Venda

Custo Total da Operação = R\$ 13,45 + R\$ 15,09

Custo Total da Operação = R\$ 28,54

Outro fator relevante no estudo das ações foi a isenção do IR, devido ao montante da aplicação, instituída na Instrução Normativa - SRF nº 487 de 30.12.2004 a qual dispõe sobre o “imposto de renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos em operações de renda fixa e de renda variável e em fundos de investimentos” o Item II, do art. 9, IN 487/04 diz: “Ficam isentos do imposto os ganhos havidos em vendas mensais iguais ou inferiores a R\$ 20.000,00”.(BOVESPA, 2009)

O Certificado de Depósito Bancário apresentou o segundo melhor resultado, com um retorno bruto de R\$2.859,76, após a dedução do Imposto de Renda (IR) com alíquota de 15%, de acordo com a Tabela 1, onde se obteve um retorno líquido de R\$2.430,80, ou seja 24,31%, que ficou muito próximo do resultado da poupança de R\$2.232,39, sobre o qual não incide imposto de renda nem taxas de administração/emolumentos.

Fazer investimento é sempre um problema para quem possui capital e deseja obter os melhores resultados. Pode-se dizer que, sempre que houver algum investimento, haverá também algum risco envolvido, por outro lado, é correto afirmar que só há investimento se houver expectativa de lucro.

As decisões para investir podem variar muito, dependendo do montante disponível, do perfil do investidor e de sua experiência. Para quem está iniciando no planejamento financeiro, o mais indicado ainda é a caderneta de poupança, pois, ela trás predicados importantes: renda, segurança e liquidez.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil de investimento que prevaleceu entre os pesquisados foi o de conservador, pela razão de possuírem precaução financeira, podendo se justificar também pela faixa etária

bem como o estado civil, dos entrevistados. Apesar disso, acredita-se que a formação acadêmica dos pesquisados, se não contribuiu para que se encontrasse um perfil de investidor moderado ou até mesmo agressivo, destacou-se como importante fator de influência para as decisões de investimentos, que os levou também a aplicarem em ações, renda fixa, previdência privada e imóveis.

Dentre a simulação de aplicação dos três produtos, a maior lucratividade ocorreu com as ações mesmo com a crise financeira mundial que se instaurou no intervalo do período de análise, ocasionando uma queda no valor dos papéis das principais empresas brasileiras, forçando a queda do índice IBOVESPA, o qual retrata a média dos principais papéis brasileiros.

Demonstra-se com isso também, a volatilidade dos investimentos em renda variável, que de acordo com a situação do mercado financeiro e fatores econômicos, variam a sua rentabilidade, podendo trazer prejuízos aos investidores. No caso apresentado ainda não representou a perda significativa ao investidor, em razão do tempo e histórico de rendimento.

Porém se o investidor iniciasse sua aplicação no período da crise, o resultado seria diferente, acarretando prejuízos no investimento. Por isso o investidor deve levar em consideração todo o cenário econômico aliado aos fatores abordados, para assim decidir a melhor hora de investir e na melhor opção de acordo com o seu perfil.

Como segundo melhor resultado, obteve-se os investimentos em renda fixa (CDB), seguida da caderneta de poupança, ambos com resultados líquidos muito próximos, que de acordo com o perfil do investidor, é uma boa opção, mesmo com retorno inferior ao do investimento em ações, uma vez que são menos suscetíveis as turbulências da economia, no caso do CDB também devido à segurança dos dois investimentos.

Com o “fim” da crise, observou-se uma nova realidade do mercado financeiro brasileiro, onde a Bolsa de Valores valorizou em mais de 60% de janeiro/2009 a setembro/2009, boa parte disso devido ao bom desempenho dos papéis de siderúrgicas e da Vale do Rio Doce, o que evidencia que o país já demonstra sinais de recuperação da crise.

5 REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.Br/historiabc.html>> Acesso em: Abr. de 2009.

BOVESPA. **Mercado de capitais (2008)**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/Pdf/merccap.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2009.

FORTUNA Eduardo. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 8 ed. revista e atual. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1996.

GIL, Antonio. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, I. S.; LIMA, G. A. S. F. de.; PIMENTEL. **Curso de mercado financeiro**: Tópicos Especiais. São Paulo: Atlas, 2007.

PREVLINE. Disponível em:

<http://www.prevline.com.br/itauvidaeprevidencia/individual/saiba_tudo_prevprivada.htm>.

Acesso em: 20 set. 2009.

RUDGE, L. F. **Mercado de capitais**. 2. ed. Belo Horizonte: Comissão Nacional de Bolsas de Valores - CNBV, 1993.

SANDRONI, P. **Dicionário de administração e finanças**. São Paulo: Best Seller. 1996.

SÁ, G. T. **Mercado de ações e bolsas de valores**. Rio de Janeiro: Editora Técnica, 1987.